

3

Sobrevivendo no inferno da *Belle époque*

As repúblicas purgaram nas tiranias sua incapacidade para conhecer os elementos verdadeiros do país, derivar deles a forma de governo e governar com eles.

José Martí

3.1. O teatro da regeneração

Quem mora na cidade não tem garantia de nada
Paul Auster, *No país das últimas coisas*

A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX repleta de perspectivas promissoras. Núcleo da maior rede ferroviária nacional, a cidade mantinha contato direto com todas as regiões do país, intermediando os recursos da economia cafeeira; aparecia como o 15º porto do mundo, aumentando a febre do consumo que vinha com as novidades e a última moda trazidas pelo *dernier bateau*, além do privilégio da sua condição de centro político e financeiro do país.

O crescimento acelerado da cidade mostrava também as suas insuficiências. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado. As ruelas estreitas, em declive, típicas da cidade colonial, dificultavam a conexão entre o porto e os terminais ferroviários. As áreas pantanosas expandiam a febre tifóide, o impaludismo, a varíola e a febre amarela. E o que era pior, para uma cidade ansiosa pela civilização: o medo das doenças e as turbulências políticas e sociais intimidavam os europeus que se mostravam cautelosos com seus capitais no Brasil, justamente na hora em que a sua presença e seus investimentos tornavam-se primordiais. Era necessário, então, se promover uma transformação na capital que, acima de tudo, apagasse a imagem colonial e trouxesse finalmente, a civilização - ou pelo menos a imagem dela.

Essa ordem ideal conjugava vários fatores, a começar pela substituição das elites sociais e da ocupação do seu espaço dentro da cidade, o que acarretaria na remodelação do centro da urbes e a consagração do “progresso” como objetivo coletivo. Esse processo de metamorfose não conseguiu esconder a política de exclusão que estava por trás da ideologia reformista. A enorme população de excluídos, sobretudo ex-escravos,

que habitava o centro da cidade, motivo de vergonha para os civilizadores, passou a ser tratada como um mal que deveria ser extirpado para que a imagem da civilização se instalasse. O processo de remodelação da cidade chamou-se, significativamente, “regeneração”, que trazia implícita não só a restauração física, mas o conceito discriminador de “correção” social, eliminando os pobres da cena, através de uma mudança de cenário cuja superficialidade revelava o descaso em relação a eles e à falta de uma política social voltada ao problema que se relacionava a toda a nação. O intuito era regenerar a fachada que esconderia a cidade real. É o que sugere Renato Cordeiro Gomes, ao fazer o jogo de contrastes em “A cena e a obscena de uma cidade, dita maravilhosa”:

Era preciso construir um palco ilusionista para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos (...) Por outro lado, nos bastidores desse palco arquitetado pelo poder, penetra a *visão disfórica*, marcada pelo traço crítico direcionado ao progresso, porque lê a cidade real. E vê o terrível ao lado do belo, o cômico somado ao trágico, a loucura em tensão com o lógico.¹

Olavo Bilac, o maior representante do sacerdócio social da época, construiu, através das suas crônicas na imprensa – principalmente na Revista *Kosmos* -, a ideologia reformista na sua forma mais completa. Descreveu com sadismo parnasiano a demolição da velha cidade, personificando e glorificando o novo na destruição “regeneradora”:

No aludir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto imponente. Com que alegria cantavam elas, as picaretas regeneradoras ! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!²

A maioria dos intelectuais latino-americanos, vocacionalmente urbanos, trabalharam também como projetistas de cidades. Partindo dos planos desenhados pelos textos literários, articulando os signos que permitiam pensar e sonhar a cidade, reivindicavam que a ordem ideal se encarnasse entre os cidadãos. “Agora, porém, a cidade mudou e nós mudamos com ela e por ela” já dizia o cronista do *Jornal do*

¹ GOMES, 1994: 106-7.

² “Crônica”, *Revista Kosmos*, março de 1904

*Comércio*³. A cidade, afinal seu habitat natural, funcionava como uma moldura desta intelectualidade, e como fruto dos seus desejos, deveria refletir o seu brilho e o seu poder.

O intelectual, como todos sabem, é um animal sobretudo moderno. Sempre houve artistas. Sempre houve escritores. Mas não houve sempre - é toda a diferença - artistas ou escritores saindo de sua disciplina para sem a sombra de um mandato e fortalecidos por uma autoridade adquirida em outra parte, achar ao mesmo tempo natural e útil vir misturar sua voz aos grandes debates da cidade.⁴

A reforma constituía um jogo de símbolos no espaço público. Inicia-se uma operação de substituição dos elementos que compunham o cenário da “cidade velha” pelos novos símbolos da civilização inspirados na capital francesa e na sofisticação da sua arquitetura. O centro da cidade passou a ser preparado para se tornar uma grande vitrine, e o símbolo maior deste Rio de Janeiro ideal e “regenerado” foi a Avenida Central, o seu cartão postal e o grande palco do Brasil moderno. Nela só era permitida a passagem dos “merecedores”, os bem-vestidos que poderiam formar um quadro único e harmônico com o meio, que representasse a elegância da civilização. E dentro dessa visão, deveriam ser eliminados todos os símbolos da tradição identificada com o “atraso”, como argumenta Olavo Bilac:

(...) voltei-me e contemplei mais uma vez a Avenida, em toda a sua gloriosa e luminosa extensão. E só então reparei nos coretos, nas bandeiras, nas sanefas, nos arcos de folhagem com que enfeitaram o boulevard (...) Para que folhagens, para que sanefas, para que bandeiras, para que coretos? Tirem-me quanto antes, já, desta Avenida, que é a glória da minha cidade, esta ornamentação de festa de roça! O enfeite da Avenida é a própria Avenida, - é o que ela representa de trabalho dignificador e de iniciativa ousada, de combate dado à rotina e de benefício feito ao povo.⁵

No entanto, o autor, sugerindo uma avenida “democrática”, escondia a escandalosa realidade da exclusão transformada em lei que obrigava o uso de paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro. O objetivo da lei era pôr “termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos em manga-de-camisa e descalços nas ruas da cidade”.

A população do Rio que, na sua quase unanimidade, felizmente ama o asseio e a compostura, espera ansiosa pela determinação desse hábito selvagem e abjeto que nos impunham as sovaqueiras suadas (...) pelo nariz do próximo e do vexame de uma súcia de cafajestes em pés no chão (sob o pretexto hipócrita de pobreza quando o calçado está

³ “A semana dia a dia”, 30/3/1908

⁴ LEVY, 1988: 26.

⁵ *Gazeta de Notícias*, 19 de nov. de 1905.in DIMAS, s/d..

hoje a 5\$ [cinco mil-réis] o par e há tamancos por todos os preços) pelas ruas mais centrais e limpas e de uma grande cidade... Na Europa ninguém, absolutamente ninguém, tem a insolência e o despudor de vir para as ruas de Paris, Berlim, de Roma, de Lisboa, etc, em pés no chão e desavergonhadamente em mangas de camisa.⁶

Os executores da reforma constituíam a tríade formada pelo urbanista Pereira Passos, o engenheiro Paulo de Frontin e o higienista Oswaldo Cruz que representavam a ciência e a técnica no comando da cidade letrada.

O desejo de ser Paris e o ilusionismo urbano chegaram ao ponto de impelir o prefeito Pereira Passos a importar pardais da França - os pássaros que costumavam habitar as praças parisienses - e estátuas também encomendadas na França ou em outras capitais européias, para adornar as praças cariocas. Alguns anos mais tarde, no período em que se iniciava a Grande Guerra, quando as pessoas se encontravam na Avenida, cumprimentavam-se com um “Viva a França”.

Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas, a burguesia carioca se adaptou ao seu novo equipamento urbano abandonando os salões coloniais para se expandir pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins. Para que a nova ordem ideal se mantivesse, surgiram organizações, ou “Ligas”, encabeçadas por intelectuais comprometidos com as mudanças, impedindo qualquer risco de “retrocesso” nos rumos da civilização. Nesse sentido, surge a “Liga contra o Feio”, liderada pelo jornalista Luís Edmundo, em 1908 e a “Liga da Defesa Estética”, liderada pelo prosador parnasiano Coelho Neto.

Enquanto isso, na “obscena” da cidade, a população humilde, expulsa do centro, fugia para o alto dos morros, formando as favelas, que seriam o novo alvo dos “regeneradores”. O Dr. Carlos Seidl, diretor da Saúde Pública do Distrito Federal, expunha o problema:

hediondamente enxertados de barracões toscos e casebres de horrível aspecto, fétidos, repelentes, abrigando moradores de ambos os sexos, sem água, sem esgotos (...) Só o Morro da favela tem 219 habitações desse gênero; o de Santo Antônio, 450, vivendo em ambos uma população de perto de 5000 almas.

E acrescentava que “Em outro distrito desta cidade, no 8º, existem antigas cocheiras de Prado de corridas transformadas em habitações humanas”. E revelando a surpreendente “distância” entre as duas “cidades”, ou a invisibilidade dos despossuídos

⁶ “Ça marche”, Revista *Fon Fon*, 24/06/1909.

diante das classes favorecidas, o diretor explicava aos mais “céticos” - ou mais cegos: “possuímos fotografias que atestam não haver exagero na surpresa que este caso inspira”⁷.

As barracas, os quiosques varejistas, as carroças e os carrinhos-de-mão foram alguns dos elementos também eliminados da cena urbana. Nos bastidores do Rio, do início do século XX, desenhavam-se já os traços que hoje compõem o quadro do nosso “Brasil, terra de contrastes”. A pobreza que sobrevivia e se multiplicava ao lado da elegância parisiense revelava a cegueira ideológica que contaminava as mentalidades. Mas muitos dos nossos escritores, sensibilizados, resistiam à superficialidade, como é o caso de Alcindo Guanabara, jornalista atuante durante o período da presidência Campos Sales (1899-1902). Ele já havia lutado pelas causas da abolição e da República, e em 1917, desenvolveu um importante trabalho social publicado no livro *Pela infância abandonada e delinqüente no Distrito Federal* e fundou o jornal *A Nação* onde desenvolveu um projeto socialista. Indo de encontro à ideologia reformista, Alcindo Guanabara chamava a atenção para a cidade real:

Quando os despojamos dos seus mesmos tugúrios, que substituímos pelos palácios que nos envaidecem, esquecidos de que os miseráveis, expulsos à força, abrigavam-se nos casebres de caixas de querosene e folhas-de-flandres nos cumes dos morros, ou de sapé e barro cru ao longo das linhas férreas (...) não se trata aqui só de operários: trata-se da grande, da enorme maioria da população, acumulada, acamada em casas que não merecem esse nome, habitando vinte pessoas onde não cabem quatro, definhando-se, estiolando-se, gerando uma raça de raquíticos, inutilizando-se para o trabalho, morrendo na idade útil.⁸

Como resultado da nova política de modernização, surge o rápido processo de empobrecimento da população num mercado com oferta abundante de mão-de-obra para poucas chances de trabalho, onde competiam desigualmente estrangeiros qualificados e brasileiros analfabetos. Visconde de Taunay referia-se “à febre de pretendido industrialismo que avassalou o Rio de Janeiro; fazendo acudir a essa cidade gente de toda parte, quer das antigas províncias, quer de fora do país”⁹.

Dos antigos palácios que acolhiam confortavelmente as ricas famílias cariocas, surgem as famosas “casas de cômodos” – herdeiras dos cortiços, como o retratado por Aluísio Azevedo -, que sobreviveram em determinados espaços da cidade, como no Rio

⁷ “A função governamental em matéria de higiene”, *Jornal do Comércio*, 11/12/1913

⁸ GUANABARA, 1911: 72-4.

⁹ TAUNAY, 1933: 99.

Comprido, passando a ser os “depósitos humanos” de parte dessa população excluída. Lima Barreto descreve um deles: “Atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora, estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais de cinquenta pessoas (...) Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras”.¹⁰

A cidade real foi sempre tema de interesse do grande jornalista carioca Paulo Barreto, popularmente conhecido como João do Rio. As hospedarias baratas são descritas pelo cronista, assustado diante da miséria humana, numa visita durante a noite em companhia de autoridades:

E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus. Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. (...) Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil.

Quando as camas rugiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz da vela, encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora (...) Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por 800 réis. (...) Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras, atiradas ao assoalho (...)

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão _ mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. (...) A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levasse ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos.

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. Desci. Doíam-me as têmeoras. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano.¹¹

A cidade crescia e enriquecia maltratando e matando os seus operários. “Civilizava-se” às custas da formação de um espaço repressor, dominado pela vigilância de uma polícia que representava o autoritarismo do Poder central, escondido por trás da elegância das avenidas. “A República chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a política positivista de Comte, e com seus complementos: um sabre e uma carabina”¹², dizia Lima Barreto. A perseguição policial existia contra aqueles que, envergonhando a cidade, eram presos pelo crime da “vadiagem”, como se fosse o resultado de uma

¹⁰ BARRETO, 1997: 221-2

¹¹ RIO, 1951: 160-3

¹² BARRETO, 1956, *Feiras e mafuás*, p. 21.

escolha: “Mas a polícia é feroz: a lei manda considerar vagabundo todo o indivíduo que não tem domicílio certo e não quer saber se esse indivíduo tem ou não tem a probabilidade de arranjar qualquer domicílio”, comentava Olavo Bilac¹³. Lima Barreto fala, com ironia, sobre o assunto:

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes: a capital Argentina tem longas ruas retas, a capital argentina não tem pretos, portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão, o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.¹⁴

Benjamim Costallat, personalidade irreverente que contrariava a ideologia cosmopolita dominante da *Belle Époque*, e best seller com o seu livro *Mme. Cinema*, tem sido, de forma injusta, pouco lembrado pela história da literatura brasileira. Cronista de sucesso, denunciava o cosmopolitismo cego que dominava a capital, tornando-se uma voz dissonante na cidade das letras. Às vésperas da inauguração da Exposição Internacional do Centenário, denuncia a cidade “que sempre pensou com o cérebro alheio” que seria substituída, como fruto do seu desejo, pela nova cidade com “personalidade própria”:

E ao lado da velha cidade, decrépita e gasta, que sempre pensou com o cérebro alheio, que sempre imitou instituições dos outros, que plagiou o Manequinho de Bruxelas, a Ópera de Paris (...) ao lado da velha cidade, ignorante e pernóstica, que bebe chá às cinco porque Londres assim o faz, e toma ares displicentes porque Paris assim o ordena, ao lado da velha cidade tão característica pela sua natureza, mas tão pouco característica pelos seus costumes (...).¹⁵

Outro episódio, bastante revelador da ideologia discriminadora da época, causa polêmica na imprensa carioca: os “Oito Batutas”, entre eles Pixinguinha, vão a Paris, com o apoio do governo brasileiro, e segundo muitos dos nossos jornalistas, nem na arte e nem no esporte o Brasil deveria mostrar sua face negra e mulata. Benjamin Costallat responde:

Levarão o Brasil tal qual ele é no seu sentimento e na sua beleza. (...) Devemos procurar ser conhecidos na Europa tal qual somos. Com os nossos negros e com tudo mais... Nada perdemos com isso. Temos uma personalidade internacional tão digna quanto as outras, e cumpre afirmá-la a cada instante. (...) Eu quisera que no Brasil

¹³ DIMAS, s/d: 54.

¹⁴ BARRETO, 1956, *Vida urbana*, p. 83

¹⁵ COSTALLAT, 1923: 113-114

houvesse gente verde, gente de todas as cores, calor de enlouquecer, calor de matar, para poder afirmar com orgulho a existência de todas essas pretendidas calamidades aos europeus.¹⁶

Em 1921, o “Sacro Colégio do *Football*”, reunido em sessão secreta, decide não levar a Buenos Aires “campeões que tivessem, nas veias, algum bocado de sangue negro _ homens de cor, enfim”. Lima Barreto, diante do absurdo, escreve:

Foi sua resolução de que gente tão ordinária e comprometedora não devia figurar nas exportáveis turmas de jogadores (...) A providência conquanto perspicazmente eugênica e científica, traz no seu bojo ofensa a uma fração muito importante, quase a metade, da população do Brasil; deve, naturalmente, causar desgosto, mágoa e revolta.¹⁷

Diante desse quadro não é de surpreender que o primeiro e mais famoso time de futebol carioca na época, o Fluminense, passasse pó-de-arroz nos seus jogadores negros. Daí o apelido “pó-de-arroz”, que hoje poucos sabem a origem... Não só a grande parte da população pobre mas todos os tipos de manifestações culturais populares foram alvo da repressão policial. A imprensa também fazia a sua parte através da formação de uma opinião pública impiedosa: “como seria deliciosa a alegria do carnaval se lhe tirassem essa feição externa de folia do interior da África!”¹⁸. Foram proibidas as festas populares e as diversas manifestações religiosas que não condiziam com a austeridade européia e católica. João Luso escrevia no *Jornal do Comércio*: “Veja o amigo o que diz esse jornal: o último [candomblé] foi a polícia encontrá-lo na Rua do Lavradio, lá embaixo, junto à Praça Tiradentes! É extraordinário, mais alguns dias e teremos um candomblé na Avenida!”.

É interessante notar, dentro dessa realidade avessa às crenças populares, a extraordinária recepção do livro *Religiões do Rio* de João do Rio, que vendeu 8 mil volumes em seis anos, um recorde de vendas nacional que superava as de muitas obras dos *best sellers* Coelho Neto e Olavo Bilac. O livro, uma revelação da “obscena” carioca, relatava as diversas crenças e religiões não oficiais que existiam nos subterrâneos da cidade. De acordo com a vendagem, a classe letrada carioca mostrou grande interesse pelo assunto, sugerindo uma curiosidade *voyeurística* em relação às crenças populares e às aflições do seu povo, sem deixar de manter a devida distância em relação a eles, e sem ameaçar sua imagem de distintos burgueses.

¹⁶ Idem, p. 23-25

¹⁷ BARRETO, 1956, *Feiras e mafuás*, pp. 94-95

¹⁸ “O meu domingo”, *Fon Fon*, 7/3/1908.

Os “reformistas” que encarnavam o progresso na sua noção estritamente materialista, vista na sua superficialidade, mostravam-se desinteressados em aprofundar a realidade com todas as implicações que seus projetos acarretariam. Num tom dramático, que não esconde o preconceito e a euforia cega, Olavo Bilac comenta:

Num dos últimos domingos, vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha; e naquele *boulevard* esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre as carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo; era a ressurreição da barbaria, era a idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da cidade civilizada.¹⁹

João do Rio mostrava-se mais sensível ao mascaramento da realidade e denunciava a superficialidade do olhar em imagens cinematográficas:

No *trottoir roullant* da Grande Avenida passa, na auréola da tarde de inverno, o Rio inteiro, o Rio anônimo e o Rio conhecido, o Rio dos miseráveis ou o Rio cuja vida se prolonga de legendas odiosas e de invejas contínuas. Mas ninguém vê a miséria. Podem parar nas terrasses dos bares, podem entrar pelas casas de chá os mendigos, ressequidos esqueletos da seca do norte (...). A luz de inverno lustra os aspectos, faz ressaltar os prismas belos, apaga a fealdade. Não há gente desagradável, como não há automóveis velhos. Ninguém os vê. Os olhos estão nas mulheres bonitas, nos homens bem vestidos, nos automóveis de luxo. É um desfilar de ópera.²⁰

Lima Barreto, observador da cidade, concluía: “O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral”. Num tom premonitório, Orestes Barbosa avisava que “enquanto a sociedade for assim, havemos de viver a fazer balanços sinistros no fim de cada ano. A grande indústria do delito vai aumentando. No fundo das estalagens há as oficinas do crime, que um dia hão de apavorar”²¹.

Um texto bastante esclarecedor da obsessão cosmopolita que tomou conta da mentalidade carioca e da cruel intolerância social que ela implicava, vale ser transcrito aqui. Trata-se de reflexões de um cronista do *Jornal do Comércio* sobre dois índios aculturados do interior de São Paulo que vêm pedir proteção e auxílio ao governo federal:

¹⁹ “Crônica”. *Revista Kosmos*, out. 1906

²⁰ RIO, 1917: 34.

²¹ BARBOSA, 1993: 25.

Lembro-me sempre, por mais que queira esquecer, a amargura, o desespero com que pusemos os olhos rebrilhantes de orgulho naquele carro fatal, atulhado de caboclos, que a mão da providência meteu em préstimo por ocasião das festas do Congresso Pan-Americano. A cabeleira da mata virgem daquela gente funesta ensombrou toda a nossa alegria. E não era para menos. Abríamos a nossa casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações da América. Recebíamos até norte-americanos! (...) Íamos mostrar-lhes a grandeza do nosso Progresso, na nossa grande Avenida recém-aberta, na Avenida à beira-mar, não acabada, no Palácio Monroe, uma tetéia de açúcar branco. No melhor da festa, como se tivesse caído do céu ou subido do inferno eis os selvagens medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens, desmoralizando-nos perante o estrangeiro, destruindo com o seu exotismo o nosso chiquismo.

Infelizmente não era mais tempo de providenciar, de tirar aquela nódoa tupinambá da nossa correção parisiense, de esconder aqueles caboclos importunos, de, ao menos, cortar-lhes o cabelo (embora parecesse melhor a muita gente cortar-lhes a cabeça), de atenuar com escova e perfumaria aquele escândalo de bugres metediços (...). Não houve remédio senão aturar as feras, mas só Deus sabe que força de vontade tivemos de empregar para sorrir ao Sr. Root, responder em bom inglês, vendo o nervoso que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brindes solenes e engolir, de modo que não revelasse aos nossos hóspedes que tínhamos índios atravessados na nossa garganta. Foram dias de dor aqueles dias de glória. A figura do índio nos perseguia com a tenacidade do remorso. A sua cara imóvel interpunha-se à dos embaixadores e à nossa. As suas plumas verdes e amarelas quebraram a uniformidade negra das casacas. Broncas sílabas tupis pingaram, enodoando o primor das línguas educadas²².

Os símbolos nacionais confrontam-se aqui da mesma forma que se confrontavam os dois “brasis”. O espírito colonizador vestia-se agora de cosmopolitismo, o purismo das “línguas educadas” dominava, tirânico, a língua nativa. O antigo desejo de ser brasileiro passa a ser agora o desejo de ser estrangeiro. Fatos que parecem provar um freqüente “bovarismo” enraizado na nossa cultura, ou o desejo de parecer ser o que não se é. Ainda como nacionalistas românticos, parecíamos querer, no fundo, satisfazer um gosto europeu pelo exotismo. E os seus símbolos, como o verde-amarelo das plumas, que um dia foram motivo de orgulho, tornava-se agora vergonhoso diante do negro das casacas cosmopolitas.

Estas incongruências entre o ser e o parecer, tão incutidas na sociedade carioca da *Belle époque*, fizeram com que Lima Barreto teorizasse sobre o nosso *bovarismo* social. Além de ter lido o romance de Flaubert, o escritor carioca leu também *Le Bovarysme* de Jules Gaultier, obra mencionada no seu *Diário íntimo*. Segundo Lima Barreto, o bovarismo é “o poder partilhado no homem de se conceber outro que não é”. O nível de bovarismo, explica o autor, “mede o afastamento entre o indivíduo real e o imaginário, entre o que é e o que ele acredita ser”²³.

²² “A semana dia a dia”, *Jornal do Comércio*, 30/3/1908

²³ BARRETO, 1956, *Diário íntimo*, p. 94

Dentro dessa visão, o próprio cosmopolitismo confunde-se com bovarismo, invadindo todo o tecido social, e sendo o grande motor do espírito “regenerador” da cidade.

Na realidade, o que a fúria reformista fez com a cidade antiga

é o resultado de um juízo, ainda que inconsciente, de não-valor e de uma vontade destruidora substancial perversa, ainda que inconfessa. A luta não é entre cultura e incultura, mas entre duas culturas, a segunda das quais tem como meta a destruição da primeira, tida como oposta e como obstáculo a seu desenvolvimento²⁴

Os reformistas preparavam o cenário num palco voltado para fora, para um público essencialmente estrangeiro, que deveria encontrar no novo Rio de Janeiro a metonímia do Brasil modernizado. A regeneração foi esse esforço de criar o modelo da norma urbana como representante de todo o território nacional. Nas palavras de Lima Barreto: “De uma hora para outra, a antiga cidade [do Rio de Janeiro] desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia”²⁵.

A capital tornava-se o centro de dominação do território nacional e seus problemas fingiam ser os da nação inteira, da mesma maneira que dentro dela se reproduziam os conflitos nacionais pela incorporação da imigração interna, em alguns pontos duplicada pela externa. Dessa forma, dois universos traduziam-se em duas cidades: a real, que se expandia como uma anarquia, atrás da qual corria a ordem para organizá-la (e também para freá-la) e a ideal, filha do modelo europeu conhecido e dos livros em que era contada, já que eram estes e as revistas ilustradas, os que construíam essa “utopia enceguedora” - nas palavras de Ángel Rama - que enturvava a visão da realidade circundante. Nas palavras de Ruben Darío: “Bosque ideal que o real complica”²⁶.

A “verdade” científica fazia a sua parte na idealização da cidade. Monteiro Lobato, em carta a Godofredo Rangel, em 1908, explica de forma exemplar a ideologia racista que servia como base para a nossa concepção social, e amparada pela ciência, legitimava as ações públicas:

²⁴ ARGAN, 1992: 86.

²⁵ BARRETO, 1956, *Os bruzundangas*, p. 106.

²⁶ RAMA, 1985: 110.

Estive uns dias no Rio. Que contra-Grécia é o Rio! O mulatismo dizem que traz dessoramento do caráter. Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral – e no físico, que feiúra! Num desfile, à tarde, pela horrível rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, perpassam todas as degenerescências, todas as formas e más formas humanas – todas, menos a normal. Os negros da África, caçados a tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-se do português da maneira mais terrível – amulutando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde [...] Como concertar essa gente? Como sermos gente no concerto dos povos? Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui na sua inconsciente vingança! [...] Talvez a salvação venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu. Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. Temos também aqui essa barreira, mas só em certas classes e certas zonas. No Rio não existe.²⁷

O preconceito racial, que começava no próprio espaço físico do Rio de Janeiro e nas leis que o ordenavam - e presente nas palavras do autor – era convenientemente invisível para muitos. A barreira do preconceito, nos moldes estadunidenses, era sugerida como uma solução. No mesmo tom de desprezo e certo sarcasmo, Monteiro Lobato criou o Jeca Tatu, a partir de um artigo escrito para um jornal, em que identifica o caboclo com uma “velha praga” que destruía toda a vegetação paulista: “A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra (...) poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do (...) parasita do couro cabeludo produtor da pelada (...). Este funesto parasita da terra é o CABOCLO”.²⁸ Enquanto o autor apontava o caboclo como a praga que destruía a natureza, parecia “esquecer” a devastação da mata atlântica de todo o Vale do Paraíba causada pelos Barões paulistas do café que contratavam e ensinavam estes mesmos caboclos a prática da devastação.

3.2. “Cidadania a porrete”²⁹

Dentro da realidade de um Brasil dividido em dois, a questão da cidadania era praticamente desconhecida, muitas vezes equivocada e sempre irrelevante para os dirigentes do país. Um povo que não se sentia responsável pelo seu próprio destino - governado por autoridades distantes, culturalmente inacessíveis, que só faziam aumentar o sentimento de inferioridade da grande massa analfabeta - sentia-se constantemente ameaçado pelas dificuldades e, na busca pela sobrevivência, nunca chegavam a saber o que era ser cidadão.

²⁷ BROCA, 1975: 107.

²⁸ LOBATO, 1994: 161

²⁹ Título do artigo de José Murilo de Carvalho, *Jornal do Brasil*, Caderno B/Especial, 18/12/88, p.6

José Murilo de Carvalho, no artigo “Cidadania a porrete”, comenta o depoimento de Adolfo Ferreira dos Santos, negro, de 98 anos, ex-marinheiro e admirador do líder da Revolta da Chibata, João Cândido. Adolfo Ferreira declarou que as chibatadas e lambadas que levou - como os demais marujos de sua época - quebraram-lhe o gênio e fizeram com que “entrasse na compreensão do que é ser cidadão brasileiro”. A triste ironia do relato traz a idéia do equívoco que iria se formando, com o tempo, em relação à noção de cidadania. José Murilo de Carvalho comenta que a declaração de Adolfo Ferreira é reveladora da “original contribuição brasileira à teoria e prática da moderna cidadania”. Beatriz Resende lembra que as raízes da compreensão desta “cidadania” brasileira encontram-se na escravidão: o “bom cidadão” é aquele que se encaixa na hierarquia que lhe é determinada, e não o que se sente livre e igual.

Machado de Assis, em crônica publicada em 4 de novembro de 1897, conta a história da morte do sineiro da Glória, João, ex-escravo. A história, apesar de conter certo lirismo no ato generoso de dedicação cega ao ofício, pode ser emblemática de uma outra cegueira internalizada na cultura da subserviência - talvez necessária à própria sobrevivência.

João dobrava o sino enquanto os partidos subiam ou caíam (...) Quando se decretou livre o ventre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República. João repicou por ela, e repicaria pelo Império se o império tornasse. Não lhe atribuas inconsistência de opiniões; era o ofício.³⁰

A concepção moderna do termo *cidadão* é definida na França, por volta de 1788, e passava a ser empregada pelos patriotas para designar o homem que se tornou livre e que goza de seus direitos políticos em oposição aos súditos. De forma anedótica, Artur Azevedo tratou do assunto no conto “O Velho Lima”³¹ que relata o 1º dia da República no Brasil, vivido pelo velho Lima, empregado de uma antiga repartição pública, que não sabia que a República havia sido proclamada. Neste dia, o protagonista começa a ser tratado como “cidadão” pelos seus colegas de trabalho, o que lhe causa, entre outras novidades, um certo estranhamento. O termo, dentro do novo contexto republicano, deveria ter o mesmo sentido daquele usado pelos franceses e soava como uma palavra mágica que trazia em si um novo conceito de “homem livre”. Mas, na realidade não

³⁰ ASSIS, 1973: 768.

³¹ AZEVEDO, s/d.: 11.

passaria de mais um ornamento vocabular “à francesa”. O estranhamento da personagem diante da palavra “cidadão” só fazia reforçar a inadequação do termo dentro da realidade absurda: o novo regime político do país fora implantado sem o conhecimento - e muito menos a participação - dos seus “cidadãos”.

Da mesma forma que a cidadania francesa se formou a partir dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a cidadania inglesa foi construída sobre um profundo sentimento de liberdade, o que não se repetia nas colônias, como se pode perceber. Nas palavras de Leandro Konder,

O tema – cidadania – é daqueles que o saber universitário não tem o direito de monopolizar; é um tema que revela a sua riqueza quando passa a ser debatido em termos acessíveis ao cidadão comum, isto é quando os seus problemas são enfrentados numa linguagem que o põe ao alcance (na medida do possível) de todos os cidadãos (em lugar de deixá-lo entregue a uns poucos sábios).³²

Ao contrário do que reivindica Leandro Konder, no Brasil, “cidadão” parecia ser mais um título de distinção, uma comenda, como havia os “barões”, os “condes”, etc. O próprio espaço urbano – o legítimo espaço do cidadão - no Rio de Janeiro, era exclusivo desta burguesia, a quem era dado o “direito à cidadania”. Por outro lado, a cidadania dos desfavorecidos era a repressão ou o porrete, como bem compreendeu Adolfo Ferreira dos Santos. Remontando ao pensamento grego, na polis, além da vida privada há também a vida pública. O público é o próprio mundo, na medida em que é comum a todos. A praça pública é originalmente o lugar do debate, das decisões do povo. Se excluimos homens do espaço público, estamos lhes negando a cidadania, e a cidade torna-se então um outro espaço, artificial e fragmentado: “Ontem domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um “homem das multidões” pode andar aos domingos³³. Como concluiu Lima Barreto, “Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-la em duas cidades: uma será a européia, a outra a indígena³⁴”.

Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “[os técnicos] chegados ao poder, do espírito da República guardavam no máximo alguma preocupação com o bem público, desde que o público, o povo, não participasse do processo de decisão”. E define bem a condição do “cidadão” brasileiro no termo “estadania”, representando o estado do

³² KONDER, 1986: 110.

³³ BARRETO, 1957, *Vida urbana*, p. 71.

³⁴ BARRETO, 1957, *Marginália*, p. 35

indivíduo diante da organização política e social feita a partir da máquina governamental, à revelia do seu povo.

Dentro dessa lógica, surgiu uma das maiores revoltas populares que tivemos no Rio de Janeiro, a partir de uma imposição do poder público sobre a vida privada: a revolta da vacina, em 1904. De acordo com a ideologia reformista e higienista da cidade, foi estabelecida, por decreto, a vacinação obrigatória de toda a população contra a varíola. E para se atingir este fim, o governo utilizou-se mais uma vez de métodos autoritários - e dessa vez violentos - contra a população. A revolta foi para as ruas, demonstrando, ao contrário do que se podia supor, o poder de resistência do povo e a atitude cidadã de lutar pelos seus direitos, mesmo que, para isso, fosse necessária a força bruta contra aqueles que nunca foram reconhecidos como seus representantes. Para que o governo reconhecesse o fracasso da sua investida, foi preciso travar uma batalha sangrenta, causando muitas mortes entre os revoltosos.

Do lado do povo estavam o jornal *Correio da manhã* e alguns intelectuais como Rui Barbosa e Lima Barreto que se declaravam contra a imposição. Olavo Bilac, fiel representante da ideologia reformista, usou mais uma vez do seu fel contra a população pobre, desta vez, culpando-os pelo analfabetismo, como uma “turba-multa irresponsável de analfabetos”. Beatriz Resende lembra que “A participação política da população inexistindo de fato através de mecanismos democráticos, legais, só poderia se dar fora dos canais oficiais, através de greves, arruaças, quebra-quebras”³⁵. Da mesma forma, sempre aconteceu em todos os governos autoritários e ditatoriais da História.

O problema se ampliava no Rio de Janeiro e circunscrevia a todos: a mobilidade da cidade real, seu tráfico de desconhecidos, suas sucessivas construções e demolições, seu ritmo acelerado, as mutações que os novos costumes introduziam, tudo contribuiu para a instabilidade, a perda do passado e a conquista obsessiva do futuro. E na luta por essa conquista, chegavam em primeiro lugar, logicamente, aqueles já estabelecidos no topo da escala social. Dessa forma, a cidade projetada começou a viver para um imprevisível amanhã e deixou de viver para um ontem nostálgico e identificador. Àqueles não adaptados à nova realidade, excluídos desse futuro, só restaria a identificação com o passado, desprezado pela modernização.

A cidade ideal, então, não era simplesmente Paris, mas muito mais que isso, era a tradição da metrópole conservada no espírito das ex-colônias. Essa cidade central que

³⁵

RESENDE, 1993: 42.

também é sonhada na periferia, graças à imaginação promovida pelas letras e pelas imagens, é confirmada pela estrutura centralizada que faz avançar toda a vida nacional a partir da sua capital dominadora, tornando-a ambição de todos, mesmo daqueles espalhados pelos cantos longínquos do país.

A emergência do pensamento crítico, com uma relativa margem de independência, ocorreu dentro desse contexto e se deveu ao liberalismo econômico que por um tempo descentralizou a sociedade, desenvolveu-a, dotou-a de serviços complexos, ampliou o terciário com uma certa margem de autonomia onde cresceria o grupo intelectual adverso. Durante o período de crescimento, um setor urbano absorvia esta pequena parte do excedente, sobretudo aqueles dedicados a funções intelectuais (de escreventes a ministros) que anunciavam as futuras equipes das cidades das letras do século XX, pois grande parte destas equipes não correspondia mais, como havia sido norma, aos filhos das “boas famílias”, mas sim a descendentes de artesãos, pequenos negociantes, funcionários e até filhos de escravos. Estes intelectuais foram um produto da urbanização e, pode se dizer, das suas insuficiências, como prova o espírito provinciano dos muitos Isaías Caminha³⁶, que a partir da urbanização iniciante no interior desenvolveram a ambição *capitalina*, e a partir da sua ambígua posição média - de provincianos letrados- quiseram rivalizar com a classe alta.

A modernização trouxe aos setores inferiores urbanos uma pequena parte das riquezas derivadas da intermediação comercial e da incipiente industrialização. Ainda mais eficaz foi o plano educativo que se aplicou primordialmente aos habitantes das cidades e lhes abriu perspectivas de ascensão social. Esse projeto educativo não foi apenas bem recebido, mas reivindicado ardentemente como uma alavanca igualitária. “Verifiquei que, até ao curso secundário, as minhas manifestações quaisquer, de inteligência e trabalho, de desejos e ambições, tinham sido recebidas, senão com aplauso ou aprovação, ao menos como coisa justa e do meu direito.”³⁷

Neste contexto, surgem escritores como Lima Barreto e Euclides da Cunha, empenhados em fazer de suas obras um instrumento de ação pública e de mudança histórica. O primeiro, como descendente de escravos, e o segundo, nascido no interior do Estado, veio para a capital completar os estudos e trabalhar. Nas palavras de Nicolau Sevcenko, tornaram-se “escritores-cidadãos” que exerciam suas funções com os olhos

³⁶ Personagem do romance de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, que nasceu no interior do Espírito Santo e vem para a capital com o intuito de realizar o sonho de ser “doutor”.

³⁷ BARRETO, 1997: 33.

postos nos centros de decisão e nos rumos da sociedade numa atitude perversa de “nacionalismo intelectual”.³⁸ Destaca-se Lima Barreto e a sua concepção de arte e “contágio artístico” preconizada por Tolstói, que diz ser a arte efetiva na medida em que o artista for sincero. Dentro desse espírito, Lima Barreto fala apaixonadamente da literatura como a sua grande missão:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com quem me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste humanidade.³⁹

E coerentemente, para que a Literatura efetivamente tenha o “poder de contágio” e alcance um grande destino na humanidade, a sua linguagem deve ser acessível, popular, cumprindo realmente a função de atingir e unir aqueles que a lêem, democratizando a língua e descodificando os signos exclusivos do domínio letrado. A literatura de Lima Barreto, dessa forma, é um ato de cidadania, atribuindo a si mesmo a tarefa pública de interlocutor que transforma em escrita as queixas do cidadão: “A minha sociedade agora não será mais a dos simuladores do talento, do trabalho, da honestidade, da temperança; será a dos *défroqués*, dos *toqués*, dos *ralés* de todas as profissões e situações”.⁴⁰ Ironicamente, o autor insinua o paradoxo da exclusão “em francês”. E em nome destes excluídos ele fala:

Não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhe os olhos da cara.⁴¹

O autor dirige-se ao representante da política sanitária do governo republicano, na figura do Dr. Carlos Chagas, e conclui: “O que há em sua Excelência, é o que há em todos de sua categoria: Sua Excelência nunca conheceu necessidades e afere a vida dos outros pela sua feliz e rica.”⁴² A literatura então será o instrumento do humanismo por excelência:

A literatura do nosso tempo (...) possa ela realizar, pela virtude da forma, não mais a tal beleza perfeita da falecida Grécia, que já foi realizada; não mais a exaltação do amor que nunca esteve a perecer; mas a comunhão dos homens de todas as raças e

³⁸ SEVCENKO, 2003: 134-5.

³⁹ BARRETO, 1957, *Impressões de leitura*, p. 57.

⁴⁰ “A minha sociedade (...) será a dos que abandonaram o hábito religioso, dos malucos, dos protestadores” in BARRETO, 1957, *Bagatelas*, p. 179.

⁴¹ “Os tais higienistas” in BARRETO, 1957, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 143

⁴² Idem, 144.

classes, fazendo com que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoitado da vida, para maior glória e perfeição da humanidade.⁴³

Para o autor, como para Tolstói, quanto maior capacidade de comunicação tiver a arte, mais verdadeira ela será, e para que isso ocorra, a clareza e a objetividade são essenciais. Além disso, a linguagem objetiva da crônica, ou mesmo da ficção de Lima Barreto, tem um caráter emergencial. A comunicação deveria ser alcançada pelo mais comum dos homens, traduzindo seus anseios. Nesse sentido a própria linguagem tornava-se também resistência aos valores da elite dominante. A *art nouveau* que imperava na época traduzia nada mais que uma doce satisfação com a vida, fazendo se pensar no adorno, no supérfluo. Ou, nas palavras de Roland Barthes, “toda retórica visa a superar a dificuldade do discurso sincero”. E foi a partir desse confronto de valores entre a superficialidade e a sinceridade que se contruiu a crítica à linguagem “fácil” de Lima Barreto:

O meu correspondente acusa-me também de empregar processos do jornalismo nos meus romances, principalmente no primeiro. Poderia responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas, mesmo que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam.

(...) Tento executar esse ideal em língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas angústias.⁴⁴

A “literatura cidadã” era a forma que o autor encontrou de fazer política. Dedicado ao desmascaramento dos papéis institucionais e sociais, a função do escritor era a da oposição desvinculada de partidos e alianças, que se fazia através da escrita. “Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”⁴⁵.

Detentor de uma voz social legitimada nos seus livros e na imprensa, Lima Barreto destacava-se como o único escritor negro e pobre, neto de escravos, na cidade letrada. Este trânsito entre os dois “mundos” lhe dava uma legitimidade especial, foi o espaço conquistado como um importante porta-voz e testemunho. “Ninguém testemunha pelas testemunhas” dizia Paul Celan em *Glória das cinzas*.

⁴³ BARRETO, 1956, *Histórias e sonhos*, p. 33-4.

⁴⁴ Idem, p. 34-5

⁴⁵ ARENDT, 1981: 11.

A flexibilidade lingüística de Lima Barreto traduzia a modernidade enquanto mostrava uma língua viva, passível de mutação. Modernidade em oposição à rigidez lingüística dos literatos da elite que por sua vez traduziam um mundo que tentava ser fixo - na sua ordem hierárquica – e mutável enquanto se traduzisse em auto-benefício. O equilíbrio entre as forças do passado e o vir-a-ser da língua e do cotidiano revelavam o espírito moderno de Lima Barreto, um autor “de olho no mundo” à sua volta: “Não sou contra a inovação, mas quero que não se rompa de todo com os processos do passado, senão o inovador arrisca-se a não ser compreendido”. O que coincidia com um princípio do modernismo identificado com a liberdade, nas palavras de Marshall Berman: “É somente mantendo vivos esses laços que o ligam às modernidades do passado, laços ao mesmo tempo estreitos e antagonicos, que o modernismo pode auxiliar os modernos do presente e do futuro a serem livres”.⁴⁶

Recordações do escrivão Isaias Caminha (1909) foi o primeiro romance publicado de Lima Barreto. Trata-se da história exemplar do homem do interior que sonha com o “eldorado” da capital, uma autobiografia romanceada que acaba sendo, tanto uma denúncia do preconceito racial como também uma corajosa exposição da falsa concepção de imprensa e seu serviço prestado ao sistema. Era o primeiro esboço do poderio da mídia que temos hoje.

Para reparar este estado de coisas – em geral, o impacto que viviam os recém-chegados à cidade e o desencanto com a realidade em comparação à imagem dos livros, estes intelectuais recorrem à literatura. Ela cumpre uma operação paralela à desempenhada nas culturas orais dos campos. Se com o passado dos campos a literatura constrói a nacionalidade, com o passado urbano constrói a identificação dos cidadãos. E dentro da norma urbana, é criada uma identificação baseada na instabilidade que a própria cidade propõe como fruto da modernidade.

Na linha evolutiva do progresso, a cidade será submetida a uma demolição permanente, que apaga o que vai se tornando velho na busca do sempre-novo. Os novos significados estão sempre brotando e caindo das árvores construídas.

A remodelação do Rio de Janeiro da Belle Époque que se preparava urbanisticamente para entrar na era moderna, alterou não só o perfil e ecologia urbanos, mas também o conjunto de experiências de seus habitantes.⁴⁷

⁴⁶

BERMAN, 1986: 329.

⁴⁷

GOMES, 1994: 105.

Esses escritores tanto cumprem uma tarefa idealizadora como também criam o espaço das novas possibilidades. Alberto Torres e Afonso Celso foram alguns dos “mosqueteiros intelectuais” que lutaram pelos ideais da República e da Abolição e que continuaram atuando na política e nas letras do início do século XX, dedicando-se a um novo projeto de nacionalidade, a partir da desilusão republicana. Alberto Torres, depois de ocupar vários cargos públicos, entre eles o de ministro do Interior na Primeira República, torna-se um representante do antiliberalismo. Acabou desenvolvendo um projeto de reforma política e social inspirado no evolucionismo positivista no qual o Estado surge como solução e como caminho para um futuro de racionalidade. Desenvolve, dessa forma, uma concepção autoritária de governo que define a sociedade como algo amorfo, devendo ser subordinada a um Estado coordenador e autônomo. A nação brasileira deveria ser criada pelo Estado. Defendia, dessa forma, a democracia social que deveria formar o “homem”, o “indivíduo” em oposição à democracia política que tinha “o encargo falaz de formar e apoiar o ‘cidadão’- tipo clássico do titular dos direitos políticos”.⁴⁸

Trata-se de um nacionalismo que se caracterizava pela noção equivocada de uma organização do país outorgada de cima para baixo. A tese reforçava o tradicional poder da cidade letrada e os modelos europeus de sociedade. Para o autor, o Estado no Brasil não poderia ser apenas regulador, como numa nação já desenvolvida, já que o Brasil não havia criado ainda os vínculos orgânicos capazes de consolidarem-no como nação. Caberia então, ao Estado, a função – ou a elevada missão - de “formar o povo”. Percebe-se o total desprezo pela noção de cidadania a partir do pressuposto de que o povo era incapaz de participar do direcionamento do seu próprio destino. Ainda assim as idéias de Alberto Torres inspiraram muitos intelectuais dedicados ao tema da nacionalidade como Oliveira Viana, que o consolidou, na década de 30, dando suporte a um tipo de pensamento autoritário brasileiro.

Desenvolvendo um outro tipo de nacionalismo, Afonso Celso, nascido em Ouro Preto, também se dedicou à política, ainda no Império, e mesmo sendo republicano, abandonou a carreira logo após a proclamação da República. Decepcionado com o novo regime, passa a dedicar-se ao jornalismo e à poesia. Defendeu a nacionalização da pesca e a interiorização da capital do Brasil. E teve sucesso com o livro *Porque me ufano do meu país*, trazendo para o uso popular a palavra *ufanismo* que significa uma atitude de

⁴⁸

TORRES, 1982: 64.

orgulho desmedido do seu país. Foi um grande difusor do ideário nacionalista na década de 1910-20, “chefe venerável do nacionalismo brasileiro” nas palavras de Wilson Martins. Estes intelectuais dedicaram-se a projetos nacionais que ora idealizavam uma nação cujo Poder deveria “construir um povo”, na tese de Alberto Torres, ora dedicavam-se a um projeto nacional romântico, conforme o ideal de Afonso Celso.

A escritura construiu as raízes, desenhou a identificação nacional, enquadrou a sociedade em um projeto, mas se por um momento os homens concernidos por esses designios se tivessem posto a refletir, haveriam estabelecido que tudo isso que resultava tão importante, eram simplesmente planos desenhados no papel, imagens gravadas em aço, discursos de palavras enlaçadas, e ainda menos e mais que isso, o que as consciências chegavam a sonhar a partir dos materiais escritos, atravessando-os com o olhar até perdê-los de vista para só desfrutar do sonho que eles excitam no imaginário, desencadeando e canalizando a força desejan⁴⁹.

A experiência do estranhamento, muito comum nos romances de Lima Barreto, torna-se um contraponto à idealização do cidadão – ainda inspirada nos moldes clássicos da racionalidade e da busca de perfeição das formas - insistentemente criada pela cidade letrada. Essa virtualidade – ou a “utopia engeguecedora” - existente no projeto nacional a partir da capital, foi percebida por Lima Barreto e traduzida nos seus personagens mais emblemáticos como o já citado Isaías Caminha, Gonzaga de Sá e Policarpo Quaresma. Este último, como uma idealização, torna-se uma paródia da sua própria condição,

é em parte Lima Barreto e em parte o duplo de Lima Barreto ironizado pelo primeiro; esse desdobramento é da maior importância, porque o romance não é a penas uma proposta nacionalista - é também a sátira do nacionalismo ingênuo e declamatório à la Afonso Celso (cujo pai, o Visconde de Ouro Preto era padrinho de Lima Barreto) e Alberto Torres. O Brasil, escrevia por exemplo este último, “tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo deste destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos” (...) Dir-se-ia que toda a *segunda parte* do Policarpo Quaresma foi escrita para contrapor a sardônica realidade às idealizações fáceis de gabinete.⁵⁰

Wilson Martins especula o que estaria além de uma fácil ingenuidade encontrada em Policarpo Quaresma. Um certo tipo de nacionalismo acabava tornando-se loucura dentro da realidade hostil e perversa, como mostram as ações do personagem dentro do romance. O romance, nesse sentido, não tem a pretensão de ser uma transparência imediata da realidade, pois “os objetivos da obra literária estão longe de ser estes. Em

⁴⁹ RAMA, 1985: 97-8.

⁵⁰ MARTINS, 1977: 10.

lugar de retratar o real, o que ela busca é transfigurá-lo”⁵¹, como afirma Antonio Candido.

Vários diálogos se estabelecem no romance *O triste fim de Policarpo Quaresma*. A utopia da grande nação entra em choque com as “utopias engeguecedoras” da República, do cosmopolitismo, das tradicionais instituições e dos valores culturais.

Efetivamente, os intelectuais reformadores da *Belle Époque* só conseguiram cumprir a função ideologizante da modernização para o público culto, modelado pela educação e pelos meios letrados que nesse tempo estavam trocando os referentes religiosos pelos culturais. Paradoxalmente, esta perda fortaleceu a condução da Igreja sobre a massa inculta. Esta última, excluída pela modernização que atraía os letrados a serviço do Estado modernizador, era vítima de um sistema educacional que atendia mais à formação dos dirigentes que às necessidades sociais da comunidade. Abandonada, essa massa inculta viu nos sacerdotes seus autênticos defensores e guias espirituais como ficou demonstrado desde a Insurreição de Canudos liderada por Antônio Conselheiro, ou na fala do Brasil esquecido do personagem Felizardo em *Policarpo Quaresma*: “Terra não é nossa...E frumiga?...Nós não *tem* ferramenta...isso é bom para italiano ou *alamão*, que governo dá tudo...governo não gosta de nós...”⁵².

O massacre de Canudos revelou a dramática distância entre essas classes excluídas e o Poder central. Além de toda a manipulação da opinião pública e as atrocidades do exército brasileiro, foi revelado o engodo da pretensão republicana em ser um regime político popular. E provava também, como o novo regime imposto pelo exército, estava garantido pelas forças repressoras das armas que ocupavam o espaço que a ideologização não conseguiu alcançar no vasto território nacional.

O povoado de Canudos foi massacrado pelo crime de ser uma sociedade autônoma, composta por indivíduos não-consumidores, dotada do poder de se auto-organizar, insubmissa à República e ao latifúndio, como espaço alternativo que crescia assustadoramente e provava a cada dia sua capacidade de ser bem sucedida em se constituir numa nova ordem social independente. Além do mais, a cidade precisava assimilar essa população rural, que seria abrigada precariamente nas suas margens, como peças fundamentais para o seu desenvolvimento. Havia aí uma afronta pluralizada às bases que sustentavam o Poder, e por isso Canudos deveria cair. Publicamente, uma razão plausível deveria justificar esse fim e essa razão foi inventada: um “motim

⁵¹ CANDIDO, 1980: 22.

⁵² BARRETO, s/d.: 98.

monarquista”. Para isso, todo o aparato simbólico ideologizante foi acionado por meio do conluio entre o Poder central, as forças armadas e os meios de comunicação. Mas não contavam com a inteligência inquiridora de um jornalista do *Estado de São Paulo*, que, estarrecido, escreveria um *J'accuse* em *Os sertões*, revelando a trama criminoso.

Movido pela indignação diante do “triunfo das mediocridades”, numa “seleção natural invertida: a sobrevivência dos menos aptos, a evolução retrógrada dos aleijões”⁵³, Euclides da Cunha dedicou-se a um vasto projeto alternativo para a sociedade brasileira, também inspirado nas teses positivistas de um Estado forte, mas essencialmente diferente do ideário de Alberto Torres no que se refere ao respeito à cidadania. Começando pela eliminação das “estéreis e artificiosas combinações políticas”⁵⁴, as oligarquias e o seu regime de mazelas, o segundo passo seria a incorporação do sertão e da sua gente à vida civil e econômica do litoral e dos grandes centros urbanos. Para isso seria necessária a difusão da educação escolar e de todo o amparo do Estado às regiões mais abandonadas do país, estabelecendo uma justiça verdadeira nas relações de trabalho e garantindo o pleno direito à cidadania às populações sertanejas. Além do incentivo à expansão das terras cultiváveis incrementando a fertilidade e a produtividade.

Mas tais projetos utópicos dedicados à dignificação da nação não passaram de linhas bem traçadas no papel. As “forças ocultas” da nova ordem enterravam esses projetos antes de saírem do papel. José Martí, o grande mártir da independência de Cuba, na ocasião da sua luta, fala sobre a “dor” dos hispano-americanos que pode se estender à dor das sociedades periféricas:

Porque é dor dos cubanos e de todos os hispano-americanos, que apesar de que herdem pelo estudo e aquilatem com seu talento natural as esperanças e idéias do universo, como é diferente o que se move sob seus pés do que eles levam na cabeça! Não tem ambientes nem raízes nem direito próprio para opinar sobre as coisas que mais os comovem e interessam, e parecem ridículos e intrusos se, de um país rudimentar, pretendem adentrar com grande voz pelos assuntos da humanidade (...). É como ir coroadado de raios e calçado de chinelos. Esta é verdadeiramente uma dor moral e um motivo de tristeza infinita.⁵⁵

⁵³ SEVCENKO, 2003: 177

⁵⁴ Idem, p. 181.

⁵⁵ Artigo publicado em *El Economista Americano*, Nova Iorque, Julho de 1888, “Heredia”, recolhido em *Nuestra América*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977, p. 205.

Com um alto custo, - de uma dor moral e um motivo de tristeza infinita - a América Latina, a partir do seu “entre-lugar”, ainda conseguiu dar uma grande contribuição para a cultura ocidental. Como afirma Silviano Santiago,

esta contribuição vem da destruição sistemática dos conceitos de *unidade* e de *pureza*: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo⁵⁶

Seguindo essa lógica estão os mecanismos de articulação entre a cidade ideal e a cidade real latino-americanas. A concentração da urbe remediava a concentração do poder que ocupava seu centro, mas também abarcava forças opostas que estavam em tensão e ameaçavam com a irrupção da violência a ordem hierárquica. A cidade real era o principal e constante opositor da cidade das letras, a quem esta deveria ser submetida: a repentina ampliação que sofreu sob a modernização e a irrupção das multidões semearam a consternação, sobretudo nas cidades de importante população negra ou imigrante, pois na América Índia o antigo submetimento que a Igreja havia internalizado nos habitantes continua sustentando a ordem, mas não o bastante, pois nessas relações de troca havia também uma obediência fingida, um sincretismo que garantia a resistência.

Enfim, esse processo de transculturação na *Belle Époque* carioca não permitiu, como em outros momentos da nossa história cultural e literária – como no romantismo e no modernismo -, a mútua fecundação ou a fluidez entre o local e o mundial que possibilitam uma permanente transferência de influências enriquecedoras. O local foi boicotado pelo cânone cosmopolita e as produções da literatura rural não passavam de tímidas manifestações sem recepção na capital.

⁵⁶

SANTIAGO, 2000: 16.

3.3. A insustentável leveza

Numa outra esfera, para a aparente ordem urbana ser mantida, a modernização, sob sua máscara liberal, apoiou-se em um intensificado sistema repressivo, como parte fundamental no processo de controle e dominação. A legislação republicana determinava o recolhimento das ruas de qualquer indivíduo que perturbasse a “ordem”, premissa muito relativa e passível de diversas interpretações. Enfim, acabou servindo muito bem aos desígnios civilizatórios da “regeneração” repressiva.

A exclusão dos “insubordinados” à ordem modernizadora era representada pelo manicômio e pela prisão, essa última se encarregava de recolher os “vadios” – num país com alta taxa de desemprego -, os descalços, enfim, os pobres que maculavam a imagem civilizada da cidade, representando um risco à ordem; e o manicômio encarregava-se de recolher os “mentalmente desajustados”, ou aqueles que não poderiam ser enquadrados como “criminosos”. Em ambos os casos, a população era, na sua quase totalidade, de negros e imigrantes pobres.

Dessa forma, estar desempregado numa sociedade que apresentava altas taxas de desemprego, não possuir habitação, ou mesmo não andar calçado configuravam o crime da “vadiagem” ou a “loucura” de estar fora do padrão, e portanto, uma falta que deveria ser paga com o isolamento no manicômio ou na penitenciária. O discurso do poder articulava-se em torno da “ordem” tão necessária para que se alcançasse o “progresso”. Para tanto, as instituições como a polícia e a ciência faziam sua parte: dedicavam-se com todo o esmero à legitimação da ideologia excludente: “a identidade política entre republicanos e alienista passava pela adoção comum do pensamento positivista que fundamentava uma concepção intensamente elitista e excludente da política e da sociedade”⁵⁷.

Dentro dessa lógica, os “degenerados” incluíam prostitutas, mendigos, alcoólatras que tanto poderiam ser considerados loucos como criminosos. Para os médicos alienistas, a cidade aparecia como lugar propício ao desenvolvimento de indivíduos degenerados, que não se identificavam com a nova ordem social que a República buscava implementar. Fato que não significava uma tentativa de compreensão dos possíveis erros dessa nova ordem, mas pelo contrário, mostrava o

⁵⁷

CUNHA, 1990: 36-7.

poder inquestionável e soberano desta ordem sobre os homens. Isto se traduzia em excluir os que não tinham “capacidade” de se adaptar.

Apesar das tendências mais modernas na psiquiatria internacional estarem em processo de questionamento da forma asilar, os objetivos de exclusão social presidiram, numa medida muito forte, a instalação do saber e das instituições psiquiátricas no Brasil, atendendo às necessidades da explosão urbana.⁵⁸

Os loucos são de proveniências as mais diversas: originam-se, em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São pobres imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e outros mais exóticos: são negros roceiros (...) são copeiros, são cocheiros, cozinheiros, operários⁵⁹

Era criada dentro do espaço da cidade, uma anticidade, com os refugos da primeira. A relação de causa e efeito entre sociedade civilizada e produção da loucura pode ser observada nas teses defendidas por alguns alienistas brasileiros cujo fundamento teórico é encontrado no trabalho do alienista francês Esquirol. O ambiente da cidade seria propício ao descontrole das paixões como vício do jogo, do álcool, a prostituição e contribuiria para produzir e estimular *paixões factícias*. A contradição estava no fato de que o “tratamento” era direcionado às conseqüências das “anomalias” e não às causas. E vamos mais longe: “as paixões artificiais, criadas por necessidades que não estão ligadas à conservação e reprodução da vida, servem para inscrever, na individualidade moral, a ordem civilizada”⁶⁰.

A teoria da degenerescência, ao creditar à hereditariedade a principal parcela de responsabilidade, confere à esfera da cidade uma grande importância e a torna objeto central de estudo e de intervenção. O alienismo, a medicina social, a engenharia, assim como a polícia e todo um conjunto de instituições de uma cidade higienizada, livre da peste e do perigo, que reproduza em seu interior a imagem vitoriosa da ordem burguesa.⁶¹

O plano ordenador da cidade ideal tentava criar um projeto a partir de um forte desejo de uniformização – que representaria, por outro lado, maior controle - dos seus habitantes, negando-se a compreender que os atores históricos não são modelos de coerência, continuidade, racionalidade; as tensões entre o vivido e o imaginado e desejado são fundamentais para uma real interpretação da sociedade.

⁵⁸ CUNHA, 1986: 46.

⁵⁹ BARRETO, Lima, 1993: 143.

⁶⁰ MACHADO, 1978: 413.

⁶¹ CUNHA: 1986: 27.

Ainda segundo o alienista francês, algumas atividades como as intelectuais, poderiam ser responsabilizadas pelo estímulo à loucura. Esta crença, enraizada no senso comum, relaciona a loucura ao excesso de estudo. Muitas vezes, isto era expresso tanto por saberes leigos, quanto pela própria psiquiatria: “Trata-se de uma crença disseminada pelo conjunto da sociedade segundo a qual o estudo excessivo poderia provocar a loucura, principalmente naqueles não preparados para o desempenho intelectual pela ausência de formação acadêmica”⁶². Estariam entre esses casos, as mulheres que muitas vezes, pela opressão social, mostravam-se mais propícias aos “ataques de nervos” que, somados às leituras “bovaristas”, tornavam-se casos de hospício. Policarpo Quaresma, por exemplo, por se dedicar muito à leitura, tinha “hábitos esquisitos”, segundo os vizinhos, já que não se tratava de um “doutor”.

Sua criatura, Policarpo Quaresma, à imagem do criador, é o Quixote na ordem modernizadora brasileira. Idealista e louco, incompreendido e ridicularizado, encarna melancolicamente uma nação-policarpo que desperdiçou seus frutos. A experiência da loucura faz parte da condenação ao deserdamento. O gênero romance, nas palavras de Ángel Rama, extraiu das suas baixas origens sua capacidade de adaptação, de sobrevivência, de transformação. Toda a vez que a retórica pretendeu dignificá-lo, ele escapuliu de suas mãos para voltar prazeroso à sarjeta: daí ressurgiu com novas energias, sob novas formas. Assim o gênero parece cumprir bem o papel de resistência tão fundamental na cultura latino-americana. Lembrando o pícaro de Lazardini, o romance restaura a sua condição original como arma de combate para destruir uma ordem estabelecida, apelando para a clássica argúcia (única, entre as coisas que essa ordem foi capaz de admitir) do falar irresponsável do marginalizado social: o deserdado ou o louco, Lázaro ou Quixote.⁶³ Entre a poesia do louco e a sua realidade social e científica, Lima Barreto aprofundou a compreensão das dinâmicas sociais de construção e manipulação da loucura. “Quero contar simplesmente as impressões da minha sociedade com os loucos, as minhas conversas com eles, e o que esse transitório comércio me provocou pensar”⁶⁴.

Os habitantes da cidade que não se enquadravam nos padrões de “normalidade” eram submetidos à autoridade policial que lhes recolhia ao presídio ou ao manicômio. A passagem da cidade à anticidade dos loucos representava um nível acima na escala da

⁶² ENGEL, 2001: 18.

⁶³ RAMA, 2001: 42.

⁶⁴ BARRETO, 1993: 177.

exclusão: no manicômio estes homens seriam submetidos a uma nova ordem hierárquica e normativa onde o médico seria a autoridade e teria agora o poder de classificar vidas a partir de valores científicos - e não podemos esquecer - de valores sociais e culturais, reproduzindo na antichidade, os mecanismos de funcionamento da cidade.

Desde os tempos do Império, o manicômio tinha suas vagas divididas em número suficiente para a internação de escravos e índios degenerados, o que confirma os mecanismos de exclusão mascarados em ciência, já há muito tempo aplicados no Brasil. Com o início da República, o objetivo da instituição asilar ficava mais evidente: a determinação era de que o hospício Nacional de Alienados deveria recolher “Todas as pessoas que, por alienação mental adquirida ou congênita, perturbarem a tranqüilidade pública, ofenderem a moral e os bons costumes”⁶⁵ segundo determinação da lei. A ampliação da esfera de controle da loucura, alimentada pela “política regeneradora” e excludente da cidade e realizada através da poderosa máquina repressiva do Estado, contribuía para o grande aumento da população internada no manicômio. Foucault em *História da Loucura na Idade clássica*, já relacionava a loucura com a cidade: “o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza (...) [é] o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade”⁶⁶. O alienista Juliano Moreira chamou atenção para o fato de que o aumento da população de alienados crescia devido a alguns imigrantes, aos negros e indígenas degenerados e ao surgimento de uma população periférica pobre em torno dos centros urbanos, além dos doentes crônicos como os tuberculosos e os leprosos.

Lima Barreto inaugura uma nova linha de crítica social na qual se destaca uma identidade transcultural⁶⁷. No seu diário, a transparência da crítica social cede lugar aos dilemas internos de adaptação ao mundo. O autor torna-se, pela sua própria trajetória social, retratada nos seus diários e no romance sobre a loucura - *Diário íntimo*, *Diário de hospício* (1919-20) e *Cemitério dos vivos* (1921-22) uma particular exemplificação dos mecanismos de inclusão/exclusão da sociedade carioca. “Cansado de sentir”, confessava:

⁶⁵ Coleção de leis do Brasil 1890, janeiro/março – Arquivo Nacional.

⁶⁶ FOUCAULT, 1978: 78.

⁶⁷ Termo usado por Ángel Rama que designa o processo de desarraigamento de culturas tradicionais para a formação de outra.

O álcool não entrava nos meus hábitos (...). Naquela ocasião porém deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias.⁶⁸

Vindo da periferia urbana, Lima Barreto acabou sendo o representante daqueles sem representação, sem identificação na cidade. Em contraste com as sociedades rurais brasileiras que, mesmo abandonadas pelo Poder e castigadas pela pobreza, conservavam uma identidade folclórica como uma redenção, os sertões e o agreste ajustavam-se a uma poética nacional, enquanto os subúrbios tornavam-se o território dos aculturados, cuja identidade e tradições eram segregadas pelo poder público da capital dominante.

Não há dúvida de que o artista pode ir contra seu meio social, pode ser um revolucionário, um não-conformista. Mas até quando luta contra a sociedade que o formou, até quando foge como Gauguin, não deixa de levar consigo sua educação, sua classe, alguns dos valores coletivos que chegaram a fazer parte de sua carne, de seu ser profundo. A única solução verdadeiramente revolucionária é a de Nietzsche, é a fuga à loucura⁶⁹.

Lima Barreto falava de um não-lugar entre a cultura popular e os referentes letrados. A experiência do escritor atópico seria radicalmente traduzida pela vida no manicômio, na divisa entre o plano macro – em relação à cidade, e micro – na relação da sua lucidez com a loucura, tanto como observado como observador. Essa condição possibilitou ao escritor, no *Diário do Hospício* e no *Cemitério dos vivos*, importantes indagações sobre as relações entre cidade normativa e anticidade do hospício; a linguagem determinista da ciência e o silêncio incompreensível da loucura, a construção de um tempo progressivo e linear no pensamento científico e a circularidade repetitiva dos loucos; a fabricação ficcional do “eu” diante da incomunicabilidade da loucura e da classificação da ciência.⁷⁰ No diário, a intenção era “observar as reações da loucura sobre a articulação da palavra; alguns trôpegos da língua, alguns balbuciam, e outros quase mudos”⁷¹. Numa circularidade sobre si mesmo, o *Diário do hospício* é um

registro patético e singularmente objetivo no qual o escritor, internado entre os loucos depois de um acesso de delírio alcoólico, esquece de si para avaliar a situação em que

⁶⁸ BARBOSA, 1981: 112.

⁶⁹ BASTIDE, 2006: 56.

⁷⁰ JAGUARIBE, 1998: 60.

⁷¹ BARRETO, 2001: 1247.

está e, depois, volta sobre si, aprofundando o autoconhecimento graças ao conhecimento do meio.⁷²

A escritura, dessa forma, atua como mecanismo de salvação. É na antichristianidade dos loucos que se articula dramaticamente a crítica à sociedade normativa, sendo interessante observar como é construída a partir do sentimento de indignação, uma clara idéia de justiça. A literatura como missão social em nome dos cidadãos é agora no hospício, envolta pelo silêncio do não discurso dos loucos, desprovido de reivindicações.

A loucura se reveste de várias e infinitas formas: é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes⁷³.

Mas este não-lugar acaba tornando-se um espaço propício para a sua automodelação. Ao contemplar os loucos e refletir sobre eles, Lima Barreto, entre palavra e silêncio, situa-se no não-lugar da fuga à loucura referida por Nietzsche e Roger Bastide como o espaço da não-cultura, ou da solução verdadeiramente revolucionária.

A linha tênue entre sanidade e loucura foi tema explorado pela perspicácia irônica de Machado de Assis em *O alienista*. A racionalidade científica, dominante na época, é posta à prova e ridicularizada na encarnação do “clichê do cientista que o século XIX formulou e nos transmitiu”⁷⁴: o médico Simão Bacamarte. A leitura atenta da novela de Machado de Assis nos leva a considerar, como questão central, não simplesmente o tema da loucura, mas a articulação entre ciência, linguagem e poder, na sociedade brasileira do final do século XIX, em outras palavras, Machado de Assis subverteria a noção de discurso científico e sua “competência”. A confrontação entre poderes – ciência e governo – é representada pelo médico e pelo barbeiro Porfírio, respectivamente, e mediada pelas modalidades dos seus discursos. Este último, organizara uma rebelião contra a Casa Verde de Bacamarte, mas depois de “despertar em si a ambição do governo” (cap. VII), toma o poder, e por não ter ainda “a confiança dos principais da vila”, percebe que “o alienista podia fazer muito nesse ponto”. Porfírio, através de um discurso elogioso: “Logo, em assunto tão melindroso, o governo

⁷² CANDIDO, 1993:47.

⁷³ BARRETO, 1993: 148.

⁷⁴ LIMA, 1976: 30.

não pode, não deve, não quer dispensar o concurso de Vossa Senhoria (...) Unamo-nos e o povo saberá obedecer” (cap. IX), consegue a “colaboração” da ciência. Enfim, ao assumir o poder, o barbeiro “percebe que necessita de uma legitimação simbólica, que a ciência lhe poderia fornecer”. E dentro deste jogo de poderes, “a divisão entre loucos e sadios não é uma questão apenas médica, mas acima de tudo um critério social” e conclui-se que “a loucura já não se concebe como o outro lado da razão, mas como o que se interna dentro dela”, nas palavras de Luiz Costa Lima⁷⁵.

Corroborando as contradições do alienista, Lima Barreto percebeu a fragilidade dos mecanismos da racionalidade científica: “outra coisa que me fez arrepiar de medo na seção Pinel foi o alienista (...) julgo-o mais nevrosado e avoadado do que eu (...) É muito amante de novidades, do *vient de paraître*, das últimas criações científicas ou que outro nome tenham”⁷⁶. E sobre o médico que lhe atendeu pela segunda vez:

É bem curioso esse Henrique Roxo.(...) Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos da certeza de sua arte (...) pouco interessado em levantar o véu de mistério – que mistério! – que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez, mas não lê a natureza.

Enfim, “o louco pode conhecer a verdade, tanta verdade que a sociedade se vinga destes infelizes visionários, estigmatizando-os. Mas ser louco é também sofrer interminavelmente”, afirma Artaud sobre Van Gogh.⁷⁷ Lima Barreto “canalizou a própria vida para a literatura, que a absorveu e tomou o seu lugar”, nas palavras de Antonio Candido⁷⁸. Ao que o escritor responde que “a arte e a literatura são cousas sérias pelas quais podemos enlouquecer”⁷⁹.

Apesar de não ter terminado o romance *Cemitério dos vivos*, Lima Barreto deixou importantes descrições sobre o exercício do poder dentro dos asilos e a tensão nas relações entre médicos e pacientes, bem como as deficiências das práticas psiquiátricas terapêuticas. A denúncia das mazelas do regime republicano se estenderia também para o interior dos muros do Hospício Nacional de Alienados e indicaria as permanências e continuidades do novo regime em relação ao sistema de tratamento dos doentes internados. Mostra que a anticidade do manicômio reproduzia tanto o poder

⁷⁵ Op. Cit. p. 31.

⁷⁶ BARRETO, 1993: 43

⁷⁷ SONTAG, 1986: 45.

⁷⁸ CANDIDO, 1993: 48.

⁷⁹ BARRETO, 1956, *Impressões de leitura*, p. 221

abusivo e autoritário da cidade como também a miséria e o abandono dos seus habitantes.

Um grito abafado está presente em toda a obra de Lima Barreto mas se personifica em seus personagens mais visionários e idealistas como nas suas próprias mortes complacentes: *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915) e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919). Policarpo lutou, mas estava sozinho e sucumbiu gradualmente às forças de anulação; Gonzaga de Sá, já sentindo a inutilidade da luta, limitou-se a observar, através de uma visão panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, a sua própria diluição na diluição do seu lugar.

A obra de Lima Barreto nos apresenta um mundo em diluição: um olhar sobre o Brasil que percebe o fim de uma era e, entre a complacência e o desespero, só enxerga “o triste fim” de um país *policarpo*, que desperdiçou seus frutos. O romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* é uma ode a esse mundo que se extinguiu, através do olhar sobre o Rio de Janeiro como uma metonímia do Brasil. Este foco ainda busca o mundo que resiste, os sinais do tempo que se apaga, expondo as imagens num último e triste resgate. Um tempo em que tudo rejeitava a diluição, e as coisas eram feitas sob o signo da eternidade. Gonzaga de Sá traz na sua poesia o grito contra a efemeridade da vida moderna, contra a fúria destruidora do tempo que se anunciava. Nas palavras de Octavio Paz, “ ‘tradição moderna’ é a expressão da condição dramática de nossa civilização, que procura seu fundamento, não no passado nem em nenhum princípio imóvel, mas na mudança”⁸⁰. O Rio de Janeiro de Gonzaga de Sá apresenta esse limiar entre o mundo sólido do passado e o mundo condenado à eterna diluição do futuro.

O romance é o gênero decisivo na formação da literatura latino-americana, e muitas vezes é também uma arma de combate para a destruição da ordem estabelecida, afirmava Angel Rama lembrando o exemplo de Lázaro ou Quixote e o falar “irresponsável do marginalizado social: o deserdado ou o louco”⁸¹. Este caráter subversivo do romance, em relação à ordem preexistente, vem da “sua capacidade de fazer com que a sociedade se enfrente e se depare com questões relativas às transformações da sua estrutura”, afirma o ensaísta⁸².

A obra de Lima Barreto, na sua totalidade, é um exemplo deste caráter subversivo. E entre seus romances, a crítica ao nosso processo modernizador nunca foi

⁸⁰ PAZ, 1984: 25

⁸¹ RAMA, 2001: 42.

⁸² Idem, p. 10.

tão viva e melancolicamente poética como em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Vamos nos ater aqui a esta narrativa, mostrando como o autor uniu crítica e leveza, criando uma personagem de tal forma fluida e difícil de captar, que mais parece feita de pura substância espiritual, sendo ao mesmo tempo uma de suas personagens mais contundentes. O romance que se propõe a ser uma biografia de Gonzaga de Sá feita pelo seu amigo Machado, não passa de um esboço, um retrato mal traçado do biografado, como confessa o biógrafo ao assumir as dificuldades de decifrar o amigo: “Havia nele um drama de organização e inteligência ou o que havia? Fiz, como verão, todas as hipóteses, mas nunca nenhuma me satisfaz.”⁸³

Gonzaga, um burocrata estéril e apagado, vivendo numa “obscuridade a que se havia voluntariamente imposto”⁸⁴, destituído de poderes, atrai Machado que vê neste amigo um semelhante: ambos oprimidos, são profundamente conscientes das causas do peso que os esmaga. As velhas instituições inúteis, a presença do estrangeiro intruso, a exploração dos mais fracos, tudo isto representa o grande peso do mundo que desfila diante dos dois observadores como um triste espetáculo:

Nós fomos subindo a rua devagar, por entre curiosos exemplares de uns pais de família. Graves homens de fisionomia triste, curvados ao peso da vida (...) Eu não compreendo, continuou, que haja quem se resigne a viver desse modo e organizar famílias dentro de uma sociedade, cujos dirigentes não admitem, para esses lares humildes os mesmos princípios diretos com que mantêm os deles luxuosos⁸⁵

A estranha obediência de todo um grupo humano a uma só ordem, a um só ideal, no desfile da Independência, parecia sugerir a formação de um pensamento único, confirmar a falta de uma consciência crítica e a inutilidade da luta: “Que motivos ocultos, sob a grosseria dos fatos históricos, explicavam essa estranha impulsão e aquela mesma obediência a um mesmo ideal e a uma mesma ordem?”⁸⁶. A festa da Independência torna-se falsa e sem sentido, “sob a grosseria dos fatos históricos”, pois ninguém percebia o quanto ainda éramos dependentes, como aponta Gonzaga: “vocês arranjaram novos dominadores, com os quais vocês não se poderão entender nunca; e expulsaram os antigos com os quais, certamente, se viriam a entender um dia. Erraram, e profundamente”. Os “novos dominadores” aparecem no Teatro Lírico: “são

⁸³ BARRETO, 1956, *Vida e morte de M.J.Gonzaga de Sá*, p. 82

⁸⁴ Idem, p. 50

⁸⁵ Idem., p.112

⁸⁶ Idem, p. 142

estrangeiros, novos no país, ferragistas e agiotas enriquecidos, gente nova...⁸⁷; ou desfilavam pela Rua do Ouvidor “grandes mulheres estrangeiras, cheias de jóias, com espantosos chapéus de altas plumas, ao jeito de velas enfunadas ao vento, impelindo grandes cascos” que, ironicamente, segundo Gonzaga, “Estão se dando ao trabalho de nos polir”⁸⁸. A constatação é resignada: os brasileiros necessitavam de um “polimento” através da moda, e da atitude das grandes mulheres estrangeiras que, metaforizadas, eram as caravelas da nova colonização. O estrangeiro traz o sentido do seu peso nas exageradas proporções, como no grande espaço que ocupa em nosso país, freqüentando os melhores cenários e deslumbrando a todos que os viam, como “gente nova” já incorporada à nação.

Há a triste constatação de que o presente não traz nenhuma vantagem em relação ao passado, ao contrário do que todos acreditavam. Simplesmente as antigas forças opressoras traziam outras vestimentas e outras promessas. Independência e República não passavam de uma aparência do novo, como alerta Gonzaga: “São os mesmos fazendeiros sugadores de sangue humano; são os mesmos políticos sem idéias; são os mesmos sábios decoradores de compêndios estrangeiros e sem uma idéia própria (...) Há quarenta anos era assim; não mudou.”⁸⁹

Ao referir-se à ignorância e à ausência de consciência crítica dos colegas de repartição, o burocrata desabafa “Tenho desgosto de não ter procurado a luz, as alturas, de me ter deixado ficar covardemente entre tais patos, entre tais perus (...) ignorantes e sórdidos”⁹⁰. Ítalo Calvino vê “uma constante antropológica nesse nexos entre a levitação desejada e a privação sofrida”⁹¹. Nesse sentido, a leveza e o vôo tornam-se a única forma possível de combate à opressão para Gonzaga de Sá. Da mesma forma, no romance de Milan Kundera *A insustentável leveza do ser*, o peso da vida estava em todo tipo de opressão, como em toda decadência institucional que representava a tirania do poder stalinista, e nesse contexto, qualquer leveza tornava-se insustentável.

Orgulhoso de ser um descendente de Estácio de Sá, o fundador da cidade onde nascera, Gonzaga torna-se um passeador, um *flâneur* que fazia do Rio de Janeiro o grande espetáculo da sua vida, e interpretando a cidade, revelava o passado e o presente da história dos seus habitantes, como a sua própria. Sua visão panorâmica da cidade

87 Idem, p.156

88 Idem, p. 104, 105

89 Idem, p. 159

90 Idem, p.149

91 Idem, p. 40

muitas vezes se fazia como de um sobrevôo, o que deixava Machado maravilhado “era o abuso que [Gonzaga] fazia da faculdade de locomoção”⁹². A própria descrição física de Gonzaga, vale lembrar, “um velho alto..., todo seco, com um longo pescoço de ave”⁹³ aproxima-o de um pássaro. Sua casa, como um ninho, situada no alto de Santa Teresa, “olhava para a Lapa, para a Glória, para a Armação, para Niterói...”⁹⁴. Criava pombos, pois gostava “do seu vôo, das irisadas penas do seu pescoço, da sua graça, da sua natureza intermediária de ave de terreiro e de vôo...”. Sua irmã Escolástica lembrava que Gonzaga sempre fora “extravagante” e quando menino foi surpreendido pelo pai na janela pronto para voar.

O primeiro encontro dos dois amigos, Gonzaga e Machado, foi marcado no Passeio Público para assistir a um espetáculo *sui generis*: “ver certo matiz verde que o céu toma, às vezes ao entardecer”⁹⁵. Oprimidos, os dois amigos dão as costas para os absurdos da sociedade e buscam leveza no encanto do espaço e da natureza. O romance se baseia na função do olhar.

As reflexões de Gonzaga alternam-se entre uma melancólica sensação de perda e uma irônica visão do progresso e da civilização: “Levamos a procurar as causas da civilização para reverenciá-las como se fossem deuses... Engraçado! É como se a civilização tivesse sido boa e nos tivesse dado a felicidade!”⁹⁶. Lembra Calvino que a leveza está “sobretudo naquela específica modulação lírica e existencial que permite contemplar o próprio drama como se visto do exterior, e dissolvê-lo em melancólica ironia” e acrescenta que “a melancolia é a tristeza que ficou leve”⁹⁷ e que em Gonzaga traz um sentido de resignação e compadecimento. A ironia do discurso é apontada por Berman como a marca da expressão moderna: “a mais profunda seriedade moderna deve expressar-se através da ironia”⁹⁸ que seria a perfeita expressão da contraditória modernidade.

Curiosamente Gonzaga não deixou nada escrito, era um pensador como aqueles poetas e filósofos da Antigüidade que criavam sua peripatética filosofia sem preocupação com registros ou autorias, vivia na “obscuridade a que se havia voluntariamente imposto”. E Machado surpreendia-se com o fato de um homem com

⁹² Idem. p. 63

⁹³ Idem, p. 36

⁹⁴ Idem, p. 43

⁹⁵ Idem, p. 38

⁹⁶ Idem, p.128

⁹⁷ Idem, p. 32

⁹⁸ Idem, p. 14

aquela instrução não publicar suas idéias. Na verdade, “como Merimée, não tinha a quem oferecer colares de pérolas. Gonzaga, solitário, sem filhos, membro de família a extinguir-se, a quem iria dar a sua glória?”⁹⁹. Nada o prendia ao chão desse mundo, nem família nem registros das suas criações. Apenas um papel, escrito por ele, foi encontrado casualmente entre alguns documentos deixados ao seu amigo Machado. Constitui seu único legado: uma enigmática história da construção de “uma máquina voadora”. O texto é a chave para o entendimento do enigma Gonzaga de Sá, uma alegoria de sua vida. A história chamada “O inventor e a aeronave” relata a dedicação de 20 anos da vida de um inventor à construção de uma máquina voadora. Trata-se de um obcecado projeto de vida com um único objetivo: “Iria subir, iria remontar os ares, transmontar cordilheiras, alçar-se longe do solo, viver algum tempo quase fora da fatalidade da terra, inebriar-se de azul e de sonhos celestes, nas altas camadas rarefeitas...”¹⁰⁰

No entanto “a máquina não subiu”, finalizando a parábola. O único legado deixado por Gonzaga nos faz concluir que seu vôo era insustentável neste mundo, seu projeto, utópico. O grande empreendimento do inventor não vingou. O balão não subiu como suas idéias não alcançaram seu fim, suas crenças ficaram presas ao chão, seu projeto de vôo atado ao papel, sua leveza insustentável, presa à fatalidade da terra. Nas palavras de Ítalo Calvino, “muito dificilmente um romancista poderá representar sua idéia de leveza ilustrando-a com exemplos da vida contemporânea sem condená-la a ser o objeto inalcançável de uma busca sem fim”¹⁰¹.

Pela primeira vez presenciou-se, na curta duração de uma vida humana, a desapareição ou transmutação dos espaços físicos que a acompanhavam desde a infância. A cidade que tinha como objetivo a permanência do indivíduo dentro do seu contorno, transformava-se ou se dissolvia, desarraigando-o da realidade que era um de seus constituintes psíquicos. Além de tudo, nada dizia aos imigrantes que entravam num cenário com o qual não tinham uma história em comum. Houve portanto uma generalizada experiência de desenraizamento quando a cidade entrou no movimento que regia o sistema econômico expansivo da época: os cidadãos já estabelecidos anteriormente viam desvanecer-se o passado e se sentiam condenados à precariedade, à transformação, ao futuro; os cidadãos novos, pelo simples fato de seu traslado da

⁹⁹ Idem, p. 51

¹⁰⁰ Idem, p. 130.

¹⁰¹ CALVINO, 1990: 19.

Europa, já estavam vivendo esse estado de precariedade e precisavam de vínculos emocionais com o cenário urbano que encontravam na América. Enfim, a contradição, o paradoxo são experiências fundamentais da modernidade, como bem define Marshal Berman:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz.¹⁰²